

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.583.523 - PR (2019/0274445-8)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : CLAUDIA RIBEIRO DE SOUZA
ADVOGADO : EDSON APARECIDO STADLER - PR015063
AGRAVADO : NILTON FALSONI CAVALCANTI
AGRAVADO : STHEPHANY CAROLYNE ANDRADE SCHENTCHUK
ADVOGADO : NILTON FALSONI CAVALCANTI (EM CAUSA PRÓPRIA) - PR060335

DECISÃO

Trata-se de agravo manifestado em face da decisão que negou seguimento ao recurso especial interposto por CLAUDIA RIBEIRO DE SOUZA com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTES OS PEDIDOS INICIAIS.

1. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE.
2. ALEGAÇÕES REFERENTES À AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS DANOS MATERIAIS E INEXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS.

MATÉRIAS NÃO DEDUZIDAS NO MOMENTO PROCESSUAL OPORTUNO. RÉ REVEL. INVIABILIDADE DE ANÁLISE NESTE GRAU DE JURISDIÇÃO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA OPERADA PELOS EFEITOS DA REVELIA. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO APENAS EM PARTE.

3. REVELIA. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS ARTICULADOS NA INICIAL. POSSIBILIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO DA EXCEÇÃO PREVISTA NO INCISO II, DO ARTIGO 345, DO NCPC. LITÍGIO QUE NÃO VERSA SOBRE DIREITOS INDISPONÍVEIS. INCIDÊNCIA DOS EFEITOS DA REVELIA.

4. ALEGAÇÃO DE COISA JULGADA EM RAZÃO DA PROLAÇÃO DE SENTENÇA PENAL DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.

AUSÊNCIA DE VINCULAÇÃO DO JUÍZO CÍVEL. ARTIGO 935, DO CÓDIGO CIVIL E ARTIGO 67, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.

5. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE SUPORTE FÁTICO PARA EMBASAR A PRETENSÃO INDENIZATÓRIA. NÃO ACOLHIMENTO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS

ARTICULADOS PELOS AUTORES CORROBORADA PELA PROVA CARREADA AOS AUTOS. DOCUMENTOS QUE DEMONSTRAM O ENVIO AOS AUTORES DE MENSAGENS DE CUNHO OFENSIVO E AMEAÇADOR, BEM COMO, A PRÁTICA DE “MACUMBA” PELA RÉ/APELANTE.

6. DANOS MORAIS. CARACTERIZAÇÃO. QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO. OBSERVÂNCIA DOS PARÂMETROS DE PROPORCIONALIDADE E DE RAZOABILIDADE. QUANTIA QUE ATENDE À TRÍPLICE FUNÇÃO DA INDENIZAÇÃO.

7. CONSECUTÓRIOS LEGAIS. TERMO INICIAL. ALTERAÇÃO DE OFÍCIO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. JUROS MORATÓRIOS SOBRE AS INDENIZAÇÕES POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL. TERMO . A QUO DATA DO EVENTO DANOSO (SÚM. 54, STJ). CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE A INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. DATA DO DESEMBOLSO (SÚM. 43, STJ).

8. IMPUGNAÇÃO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. BENEFÍCIO DEFERIDO AOS AUTORES POR ACÓRDÃO DESTA CÂMARA CÍVEL. PLEITO DE REVOGAÇÃO DEDUZIDO PELA RÉ/APELANTE. NÃO ACOLHIMENTO. ARTIGO 99, § 2º, DO CPC/15. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE EVIDENCIEM MUDANÇA NA SITUAÇÃO ECONÔMICA DOS AUTORES/ APELADOS, A ENSEJAR A REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO.

9. PEDIDO DE REDISTRIBUIÇÃO DA SUCUMBÊNCIA. ALEGAÇÃO DE QUE OS ÔNUS DEVEM SER DISTRIBUÍDOS DE ACORDO COM O PROVEITO ECONÔMICO OBTIDO PELOS AUTORES. NÃO ACOLHIMENTO. DEFINIÇÃO COM BASE NA QUANTIDADE DE PEDIDOS FORMULADOS NA INICIAL E ACOLHIDOS. MANUTENÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DEFINIDA EM PRIMEIRO GRAU.

10. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 85, §11, DO NCPC. VERBA HONORÁRIA FIXADA NO PATAMAR MÁXIMO EM PRIMEIRO GRAU.

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO." (fls. 494/495).

Sustenta a recorrente ofensa aos arts. 337, VII, 345, II, do NCPC/2.015, alegando, em resumo, isto: (I) *"Portanto, em se tratando de dano moral dos Autores/Recorridos, sendo o mesmo direito indisponível, entendimento diverso no*

tocante contido no artigo 345, II/CPC deve ser rechaçado, reformando assim o contido em sentença" (fl. 534); (II) ocorrência da coisa julgada, "vez que em demanda na esfera criminal, houve composição pecuniária em favor dos Recorridos, em que pese os mesmos discordando, restou assim ofertada pela Representante Ministerial e acatada pela Recorrente/Requerida, assim cumprindo a obrigação, restando o feito julgado extinto e arquivado" (fl. 538); (III) "(...) a documentação acostada pelos Recorridos, não possui qualquer 'peso' que possa corroborar os seus alegados, requisitos estes dos quais não se desincumbiram os mesmos, ou seja, comprovar a existência do ato ilícito capaz de ensejar o pleito formulado, sendo certo que de à parte Autora, incumbe o ônus da prova quanto ao fato constitutivo do seu direito" (fl. 539); ma-fé do recorrido Nilton, o qual busca a gratuidade da justiça, alegando situação que não condiz com a sua realidade de vida.

É o relatório. Decido.

Quanto à ofensa ao art. 345, II, do NCPC/2015, no qual a recorrente alega que, em se tratando de direito indisponível, a revelia não produz efeitos, o egrégio Tribunal de origem ao julgar o recurso de apelação, amparou-se no seguinte fundamento:

"No caso concreto, em que pese a recorrente faça referência ao inciso II do referido artigo, não há subsunção à hipótese supracitada.

Inexiste dúvida de que os chamados direitos da personalidade, tais como a vida, a privacidade, a honra e a integridade psíquica, revestem-se pelo caráter da irrenunciabilidade, intransmissibilidade e inviolabilidade (art. 11, CC e art. 5º, X, CF). Em razão dessa natureza, diz-se que eles se enquadram no rol dos direitos indisponíveis, na medida em que não são passíveis de alienação, renúncia ou qualquer espécie de negociação.

Muito embora a causa de pedir dos presentes autos esteja fundada na alegada violação de alguns desses direitos, o que está em discussão é a possibilidade, ou não, de obter a respectiva reparação pecuniária, isto é, o direito à indenização. Tal pretensão, diferentemente do alegado no apelo, é dotada de disponibilidade tanto que admite a transação, além de ser transmissível aos herdeiros da parte." (fl. 498, grifou-se)

Todavia, a parte agravante deixou de impugnar a fundamentação acima, autônoma e suficiente à manutenção do aresto hostilizado, a qual permaneceu incólume. Dessa forma, incide, na espécie, o óbice da Súmula 283 do STF, cujo teor dispõe:

"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

Da mesma forma, com relação à alegação de ofensa à coisa julgada, incide o mesmo óbice da referida Súmula 283/STF. Isso porque, o eg. Tribunal *a quo* consignou isto (fl. 499):

"A ação penal privada nº foi processada perante o 3º Juizado Especial 0010797-98.2016.8.16.0019[1] Criminal da Comarca de Ponta Grossa, tendo sido proferida sentença de extinção da punibilidade, em razão da realização de transação penal entre as partes (mov. 91.1).

Em regra, as responsabilidades civil e criminal são independentes (art. 935, CC), somente havendo vinculação do juízo civil em determinadas situações (quando as questões relativas à existência do fato e ao seu autor estiverem decididas no juízo criminal).

A decisão que julga extinta a punibilidade – tal qual ocorreu na espécie – não enseja essa vinculação, consoante se extrai da leitura do artigo 67, inciso II, do Código de Processo Penal:

Art. 67. : Não impedirão igualmente a propositura da ação civil I - o despacho de arquivamento do inquérito ou das peças de informação;

II - a decisão que julgar extinta a punibilidade;

III - a sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime.

Assim, não há que se falar em coisa julgada, uma vez que o resultado da ação penal não impede a responsabilização civil da ré/apelante pelos fatos alegados na inicial."

No que se refere às demais alegações do recurso especial, verifica-se que a recorrente não indica qual ou quais dispositivos entende violados, tornando patente a falta de fundamentação do apelo nobre, circunstância que atrai a incidência do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. EXISTÊNCIA DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA, EMBORA POSSÍVEL O AJUIZAMENTO DE PROCESSO DE EXECUÇÃO. NÃO DISCRIMINAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DE LEI VIOLADOS. SÚMULA 284/STF.

1. É firme a jurisprudência desta Corte, quanto à possibilidade de propositura de ação de conhecimento pelo detentor de título executivo - por não existir prejuízo ao réu em procedimento que lhe franqueia ampliados meios de defesa - assim como de ação monitória, mesmo quando munido de título extrajudicial, para perseguir seus créditos, não obstante também o pudesse fazer pela via do processo de execução. Precedentes.

2. A alegação de ofensa genérica à lei, sem a particularização dos dispositivos eventualmente violados pelo aresto recorrido, implica deficiência de fundamentação, conforme pacífico entendimento desta Corte Superior. Aplicação da Súmula 284/STF.

*3. Agravo regimental não provido." (AgRg no REsp 1189134/MT, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 28/08/2015, g.n.)*

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DE TELEFONIA. DEFICIENTE FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA 284/STF.

1. A via estreita do recurso especial exige a demonstração inequívoca da ofensa ao dispositivo inquinado como violado, bem como a sua particularização, a fim de possibilitar o seu exame em conjunto com o decidido nos autos, não bastando apenas a indicação genérica dos artigos no corpo das razões recursais.

*2. Agravo interno não provido." (AgInt no AREsp 1128265/SC, Rel. **Ministra NANCY ANDRIGHI**, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 20/11/2017, g.n.)*

O recurso também não merece prosperar pela alínea "c" do permissivo constitucional em razão do descumprimento do disposto nos arts. 1.029, §1º, do CPC/2015 e 255, § 2º, do RISTJ. Com efeito, para a caracterização da sugerida divergência jurisprudencial, não basta a simples transcrição de ementas. Devem ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, sob pena de não serem atendidos, como na hipótese, os requisitos previstos nos mencionados dispositivos.

Confirmam-se os seguintes julgados:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA. DAÇÃO EM PAGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. FALTA DE PREVISÃO LEGAL. PRECEDENTES. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.

(...)

III - Já é firme o entendimento desta Corte, segundo o qual a simples transcrição de ementas não basta para que se configure a divergência jurisprudencial alegada. Impõe-se a demonstração do dissídio com a reprodução dos segmentos assemelhados ou divergentes entre os paradigmas colacionados e o aresto hostilizado, o que incorreu no presente caso.

IV - Agravo regimental improvido."

(AgRg no REsp 738.797/RS, Relator o eminente Ministro **FRANCISCO FALCÃO**, DJ de 03.10.2005, g.n.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AFRONTA AO ART. 535 DO CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. EXAME DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL E DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CARACTERIZADO. ART. 255 DO RISTJ.

(...)

IV - Em casos nos quais só a comparação das situações fáticas evidencia o dissídio pretoriano, indispensável que se faça o cotejo analítico entre a decisão reprochada e os paradigmas invocados. A simples transcrição de ementas, sem que se evidencie a similitude das situações, não se presta como demonstração da divergência jurisprudencial.

Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 754.475/AL, Relator o eminente Ministro **FELIX FISCHER**, DJ de 26.09.2005, g.n.)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator